

“AS FAMOSAS AMAZONAS QUE DERAM NOME AO RIO”: A ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO DE AMAZÔNIA PELO PADRE INTELLECTUAL JOÃO DANIEL (1722-1776)



“THE FAMOUS AMAZON WOMEN WHO NAME THE RIVER”: THE
ELABORATION OF AN AMAZON CONCEPT BY THE INTELLECTUAL
FATHER JOÃO DANIEL (1722-1776)

Luís Francisco Munaro¹

Resumo

Este trabalho analisa alguns dos usos que a obra do padre jesuíta João Daniel (1722-1776) indica para os vocábulos “Amazônia” e “Amazonas”, tanto inscrevendo-se numa já estabelecida tradição escrita sobre o tema regional quanto fornecendo sentidos que seriam utilizados posteriormente. A sugestão para esta leitura é aquilo que se poderia chamar de “hermenêutica histórica”, a ideia sustentada por Hans Georg Gadamer segundo a qual as condições de interpretação de um texto histórico requerem a “fusão de horizontes” entre o intérprete da obra e o seu autor, e que tal fusão pressupõe um entendimento das condições de uso da linguagem num momento histórico específico. As obras em questão foram produzidas pelo padre durante o seu período no cárcere e organizadas no Brasil com os títulos de “Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas” (2004) e “Livro do rio máximo do padre João Daniel” (2012). Nelas, João Daniel explicita, de forma cuidadosa, as condições de vida no sertão amazônico, tenta criar um mapa mental capaz de tornar clara a povoação da região, bem como trata das especificidades daquilo que, no seu vocabulário, aparece como “estado do Amazonas”, a região interligada pelo fluxo do grande rio. O artigo constata que o sentido da obra do padre tem três “tempos”: aquilo que ele possivelmente leu de seus antecessores, aquilo que ele viu com seus próprios olhos e aquilo, por fim, que ele imaginou como sendo uma civilização portuguesa e católica.

Palavras-chave: Padre João Daniel; Rio Amazonas; Amazônia; Viajantes; Jesuítas.

Abstract

This work analyzes some of the exchanges generated around the work of Father João Daniel (1722-1776) and the uses that it indicates for the words “Amazônia” and “Amazonas”, both subscribing to an already established written tradition on the regional theme and providing meanings that would be used later. The suggestion for this reading is what could be called “historical hermeneutics”, the idea supported by Hans Georg Gadamer according to which the conditions for interpreting a historical text require the “fusion of horizons” between the interpreter of the work and its author, and that such a

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor associado do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação na mesma instituição E-mail: luismunaro@ufrr.br.



fusion requires an understanding of the conditions of language use at a specific historical moment. The works in question were produced by the priest during his period in prison and organized in Brazil with the titles of “Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas” (2004) and “Livro do rio maximo do Padre João Daniel” (2012). In it, João Daniel carefully explains the conditions of life in the Amazon hinterland, tries to create a mental map that makes the region's population clear, as well as deals with the specificities of what, in his vocabulary, appears as “Amazon state”, the region interconnected by the flow of the great river. The brief article notes that the meaning of the work of the Priest has three “times”: what he possibly read from his predecessors, what he saw with his own eyes and what, finally, he imagined as being a Portuguese and Catholic civilization.

Keywords: Father João Daniel; Amazon river; Amazon; travelers; Jesuits.

Introdução

Os intelectuais modernos, na alegação de Thomas Sowell², enquanto classe social dotada de propósitos cada vez mais específicos, tornaram-se crentes na possibilidade de, pelo seu raciocínio lógico, poder reorganizar as comunidades humanas a partir de esquemas mentais. Segundo esta leitura, o intelectual se apresentaria como um “ungido” mais disposto à atividade de transformação política do que ao entendimento propriamente dito, postura diante da organização do mundo caracterizada como “irrestrita”, quer dizer, como percebendo o ser humano um material maleável ao ponto de poder ser inteiramente reformado por planejadores preocupados. O uso da expressão “intelectual” pelo supracitado autor mostra a compreensão dilatada que o conceito recebeu, por vezes polêmico e por vezes mesmo pejorativo. Entre os intelectuais do século XVIII, auto apresentados como *philosophes*, reinava profundo sentimento de ruptura com o passado, visto como um emaranhado de trevas, misticismo e absolutismo monárquico. Ao buscar “Ecrasez l’ infame”, por exemplo, Voltaire referia-se ao que, no seu julgamento, era o estado tenebroso da intelectualidade sob o catolicismo, tanto mais perceptível quando o terremoto em Lisboa gerou uma nova onda de irracionalidade para justificar o evento natural³.

Nas monarquias ibéricas, a adaptação das Luzes foi “mitigada” pelas tradições católicas. Dadas as condições bastante específicas do intelecto católico nestes países, elas precisaram se amoldar a estruturas cognoscitivas resistentes,

² SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: É realizações, 2011.

³ VOLTAIRE. **Poème sur le désastre de Lisbonne**. 1756. Disponível em: <http://ginnungagap.over-blog.com/article-34528857.html>. Acesso em: 17 abr. 2023.



gerando o que Lucia Maria Bastos Neves chamou de “Luzes mitigadas”, quer dizer, Luzes que iluminariam gradualmente a estrutura política do Antigo Regime preservando as suas hierarquias e etiquetas políticas. No caso mais específico que nos preocupará no âmbito deste artigo, o de Portugal, a situação de forte apego do intelecto português ao passado lhe rendeu o título, dado por Antonio Sérgio, de “reino cadaveroso”⁴. O elemento nostálgico da intelectualidade portuguesa está registrado também nas suas primeiras iniciativas periodísticas, que buscavam atrelar o futuro luminoso de Portugal a uma “Idade de Ouro” que sempre implicava no retorno ideal ao passado, àquilo que um dos mais ativos propagandistas deste movimento, João Bernardo da Rocha Loureiro, chamava “lusitana antiga liberdade”⁵. Tais esquemas que ilustram o embate dos elementos intelectuais mais tradicionais com uma intelectualidade moderna, que se apresenta em forte ruptura com relação a tradições intelectuais herdadas, nem sempre correspondem ao papel que os autores iluministas autoconcederam a si mesmos de livrar o mundo das trevas.

Neste artigo, estudaremos um intelectual que está compreendido neste período de transição, buscando dar atenção às formas como ele descreveu, imbuído ora de uma retórica científica, ora de uma retórica religiosa, os sertões amazônicos – ou, mais precisamente, o rio que recebeu o nome “das famosas amazonas”. O indivíduo em questão, o jesuíta português João Daniel (1722-1776), por um lado dialogou com os escritos iluministas, demonstrando conhecimento da “literatura científica” sobre a região amazônica e, por outro, buscou acomodar o seu conhecimento vasto das condições da vida amazônica nas iniciativas colonizatórias e missionárias. O conhecimento e a religião não haveriam de excluir uma à outra, na visão que será legada aos primeiros propagandistas da ilustração portuguesa que atuaram fora dos limites da censura vigente no reino português, como João Bernardo da Rocha Loureiro, José Liberato e Joaquim de Freitas.

O padre João Daniel se situou, intelectualmente, num espaço de transição em que as “Luzes” começaram a impulsionar reformas importantes no mundo

⁴ SÉRGIO, Antonio. O Reino Cadaveroso. In: SERRÃO, Joel (org). **Antologias universais**. Lisboa: Portugália, s/d. p. 140-182.

⁵ MUNARO, Luís Francisco. **O Nascimento do jornalismo português livre**. Carviçais: Lema D’ Origem, 2022.



européu, muitas delas substituindo a autoridade religiosa pelo secularismo. Neste contexto, o padre jesuíta que atuava em missão de evangelização foi preso em Portugal sob o signo da modernização forçada que deveria prevalecer no Reino Português a partir da iniciativa do Marquês de Pombal (1699-1782). Ele não foi sob nenhum aspecto uma figura vulgar: ao mesmo tempo em que tentou moldar as iniciativas jesuíticas e o papel central da Igreja Católica na atividade colonizatória, buscou fornecer relatos etnográficos significativos do espaço onde esteve em evangelização, avaliando-os à luz da economia moderna e demonstrando capacidade de descrever detalhes da vida amazônica ainda hoje presentes nas “comunidades amazônicas”.

A obra do padre não apenas forneceu um retrato cuidadoso da vida nos rios, mas serviu de base, como sugere o brasileiro David Treece⁶, para os épicos indianistas da literatura romântica, dada a profundidade de suas descrições e a acuidade – nas medidas possíveis de sua *ouillage mental*⁷ – com que percebeu os indígenas. João Daniel ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos e partiu em 1741 para o Brasil, onde permaneceu por 16 anos. Em 1757, ele foi deportado para Portugal junto com outros nove missionários e preso no Forte de Almeida, local do seu falecimento. Como motivo de sua prisão está apontada a discordância quanto ao Diretório pombalino dos índios⁸. A longa obra do Padre, cuja edição brasileira possui mais de 1200 páginas, refere-se constantemente ao rio Amazonas como o palco central do teatro amazônico, aludindo à “Amazônia” apenas em suas coleções de poemas.

⁶ TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**. O movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Edusp, 2008.

⁷ Conceito utilizado por Lucien Febvre em sua obra “O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais”, em que procura referir o conjunto de crenças e sentimentos de determinada sociedade, antecipando aquilo que seria um tópico importante da “história das mentalidades”.

⁸ No resumo que faz do Diretório o pesquisador Mauro César Coelho, “o Diretório dos Índios tem sido percebido como parte de uma política indigenista composta, principalmente, por três instrumentos: a Lei de Liberdades, de 6 de junho de 1755; a Lei de 7 de junho, do mesmo ano; e a Lei do Diretório dos Índios, de 1757. A primeira lei concedia liberdade aos índios, tornando ilegal qualquer iniciativa com vistas a sua escravização. A segunda dava fim à autoridade temporal que os missionários gozavam em relação às populações indígenas e que os fazia administradores das aldeias e beneficiários de seus dividendos –, mas os mantinha como autoridades religiosas, nas mesmas aldeias que antes comandavam. Depostos os missionários, a lei estabelecia que as populações indígenas fossem administradas pelas próprias chefias – os Principais. A terceira lei regulava a liberdade e dispunha sobre a administração temporal e religiosa das populações indígenas em termos muito distantes do estabelecido pelas duas leis que lhe antecederam”. COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: O Diretório dos Índios. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, ano 168, v. 437, p. 29-48, 2007.



Antes de discutir alguns dos usos feitos do vocábulo e a visão do jesuíta sobre o sertão, que consistirão no aspecto central da nossa análise da obra do intelectual colocado entre a tradição e a modernidade, percorreremos de forma breve alguns dos antecedentes do problemático conceito “Amazônia”. Quer dizer, o que hoje entendemos como região se apresentou aos olhos dos viajantes europeus como um complexo de rios que, segundo Neide Gondim, ora se aproximava do inferno, ora do Éden⁹. Isto partindo do pressuposto de que esta reflexão, sobretudo no que concerne ao imaginário jesuítico, remete às concepções europeias sobre a América no século XVI, misto de paraíso e inferno, quando

o etnocentrismo europeu e sua dificuldade de perceber e conhecer o outro criaram a figura do índio genérico, este ser completamente desprovido de cultura e crenças, descrito como antropófago, preguiçoso e selvagem por uns e extremamente generoso por outros¹⁰.

Se os habitantes originários da Amazônia ali viviam e tinham nela o sentido de suas vidas, para o estrangeiro se tratava do palco da colonização, da conquista, da ciência, da aventura ou da catequese. Ainda que a cristalização de um sentido para a Amazônia como a conhecemos hoje tenha sido o resultado do intercâmbio de várias comunidades de letrados¹¹, seu aparecimento como um território de contornos razoavelmente definidos deve muito ao processo de invenção exógena, sobretudo as já famosas séries de relatos transformados em livros e que circularam no ambiente europeu para apenas a partir do século XIX serem introduzidas no Brasil na forma de um conceito e um denominador político comum.

O processo de dar nome à região e exibi-la assim ao imaginário envolve um grande conjunto de tradições lendárias, expedições malfadadas, contatos dos mais diversos matizes com grupos indígenas bastante diversificados entre si e cuja postura diante do colonizador também foi mutante. Na sua gênese, implica lembrar do aspecto místico da mentalidade europeia no início da Idade Moderna que, muito embora começasse a desfilas o uso da *recta ratio agilibum* estava

⁹ GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2004.

¹⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Um Tesouro Descoberto: Imagens do Índio na Obra de João Daniel. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 147-160, 1995. p. 2-3.

¹¹ MUNARO, Luís Francisco. **Terra das Letras Mortas**: a identidade da Amazônia nos periódicos regionais. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.



profundamente mergulhada na mitologia medieval¹². Trata-se de truísmo dizer que os europeus representaram o mundo que encontraram por meio das suas condições socioculturais específicas, desse imaginário que devia muito ao medievo, sendo o desafio em estudar os seus discursos justamente a recuperação hermenêutica dos sentidos cravados nos vocábulos a partir daquilo que indivíduos muito diferentes de nós – mas nunca inteiramente diferentes – viram e intencionaram dizer.

A estabilização do conceito Amazônia começa pelos relatos de viajantes tratados como os principais narradores do processo de colonização até chegar na formação de classes de letrados nativos. Na percepção que buscaremos avançar neste texto, reforçaremos a necessidade de pensar a Amazônia como o produto de tradições intelectuais num complexo intercâmbio umas com as outras: e que, apesar de um conjunto de textos gerados em constante polifonia e que poderiam ser chamados, para utilizar a expressão de John Pocock, de “linguagem política”¹³, aludem a fatores muito reais, a fauna e flora amazônicas, os seus habitantes indígenas e o processo colonizatório em si mesmo. Ainda que a consolidação do uso do conceito pareça ocorrer a partir de meados do século XIX, já o encontramos utilizado nos poemas do padre João Daniel. Neste artigo, nos concentraremos em extrair alguns sentidos deixados pela sua obra, recentemente organizada em dois volumes pela Editora Contraponto com o nome de “Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas”¹⁴, além dos seus poemas compilados por Henryk Siewierski¹⁵, comentarista da obra do padre.

Esta exploração permitirá dimensionar o raciocínio jesuítico e a memória monumental do autor que compôs a obra nos cárceres em Portugal, muito possivelmente ajudado por outros missionários na mesma situação. Além de alguns dos usos que a obra do padre indica para os vocábulos “Amazônia” e “Amazonas” se inscrevendo numa longa tradição, este artigo especula algumas das repercussões da obra do padre João Daniel. A sugestão para esta leitura é aquilo que se poderia chamar de “hermenêutica histórica”, a ideia alimentada por

¹² HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac-Naify, 2010.

¹³ POCOCK, John Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2013.

¹⁴ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

¹⁵ SIEWIERSKI, Henryk. **Livro do rio máximo do Padre João Daniel**. São Paulo: EDUC, 2012.



Hans Georg Gadamer segundo a qual as condições de interpretação de um texto histórico requerem a “fusão de horizontes” entre o intérprete da obra e o seu autor e que tal fusão requer um entendimento cuidadoso das condições de uso da linguagem num momento histórico específico¹⁶. A leitura histórica de obras que sobreviveram ao tempo sendo lidas e relidas (mas não só elas, evidentemente), requer que se saiba ou se tente criar conexões sobre o que um autor conhece a respeito de outro; como eles constroem uma tradição em comum em constante expansão; como eles retomam a memória e continuamente remetem ao “ato fundador” ou ao “dizer suporte” da instituição de um lugar. No aspecto mais específico da “história do conceito”, quando um autor está utilizando um vocábulo, ao que ele está querendo se referir? Sem a busca pela intencionalidade do autor, ainda que encontrá-la por completo seja impossível, não existe possibilidade nenhuma de compreender o que quer que seja – pondo-se o intérprete, então, apenas a reificar os seus próprios preconceitos.

Durante a leitura de “obras clássicas” sobre a Amazônia, estas referências (que começam a soar com um diálogo) vão moldando um conjunto de memórias e sustentando um sentimento de pertencimento, quer dizer, uma consciência. Esta consciência de pertencimento gira em torno da expressão Amazônia que, ao longo da segunda metade do século XIX, passou a ser evocada com o preciso fim de reunir povos dispersos entre si e conduzi-los num objetivo político comum, um horizonte de consciência coletivo. Há nas formas de narrar a região não só uma ordem de palavras que remetem umas às outras, no sentido da interpretação textual sugerida pelo desconstrucionismo, mas uma realidade tangível cuja percepção vai sendo negociada: ao mesmo tempo em que vista pelos filtros do imaginário e vocabulário de época, intercede neste mesmo imaginário e vocabulário pela imposição imperativa da realidade. Esta exploração da obra do padre percorrerá, num primeiro momento, seus antecedentes históricos e parte do seu contexto de formação, sobretudo no que concerne ao raciocínio jesuítico e a transição para formas modernas de imaginário (1), num segundo, as condições objetivas da vida amazônica como foram vistas e descritas pelo padre (2) e, num terceiro, as instruções dadas aos povoadores com o intuito de criar na Amazônia

¹⁶ GADAMER, Hans Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.



uma civilização desabrochada sob a iniciativa de Portugal (3). O sentido da obra do padre tem assim três tempos: aquilo que ele possivelmente leu de seus antecessores, aquilo que ele viu com seus próprios olhos e aquilo, por fim, que ele imaginou como sendo uma civilização portuguesa e católica.

Os antecedentes

As imagens e representações da Amazônia e de seus habitantes são o produto dinâmico de um longo processo de negociação cultural, devendo ser percebidas à luz de como o imaginário europeu se amoldava ao que encontrava em solo americano. Já são bastante conhecidas, nesse sentido, as relações complexas assumidas pelos jesuítas com as comunidades indígenas¹⁷. Considerando estas imagens e representações como parte de uma “literatura amazônica”, o que se tem é um prolongado intercâmbio que segue determinadas matrizes intelectuais mas que sofre, ao longo de todo o tempo, a pressão das ambiguidades geradas pela transformação constante das sociedades nas quais os indivíduos que narram estão mergulhados. Como demonstraram estudos como os de Neide Gondim¹⁸, João Carlos Carvalho¹⁹ e Marinete Souza²⁰, a quantidade dos intelectuais que pensaram e escreveram sobre a região é bastante volumosa e, somente para os viajantes considerados até o início do século XX, pode-se referir seis categorias principais: os militares e mercenários conquistadores, os jesuítas setecentistas, os oficiais portugueses, os primeiros naturalistas, os aventureiros, as expedições brasileiras, os naturalistas especializados e, por fim, os antropólogos mais diretamente interessados em povos indígenas²¹.

A epopeia de significar a Amazônia costuma ter seu início situado na famosa viagem de Francisco Orellana entre 1541 e 1542 que partiu de Quito, atravessou o Rio Amazonas e o tornou conhecido dos letrados europeus. Integrante da expedição, Frei Gaspar de Carvajal produziu a “*relación que*

¹⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Um Tesouro Descoberto**, 1995, p. 2-3.

¹⁸ GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**, 2004.

¹⁹ CARVALHO, João Carlos de. **A Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza**. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2001.

²⁰ SOUZA, Marinete Luzia Francisca. **A literatura amazônica: dos textos de viagem aos romances contemporâneos**. 2013. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

²¹ MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira (1500-1930)**. São Paulo: Metalivros, 2009. p. 18-9.



escribió fr. Gaspar de Carvajal [...]”. A *relación* tem, antes de um objetivo descritivo, como se consolidará nos registros históricos e etnográficos do iluminismo, a intenção de mostrar os serviços dos súditos à Sua Majestade e gravar a conquista espanhola do novo rio, cuidando antes projetar um determinado ideal na terra desconhecida do que fornecer sobre ela elementos geográficos nítidos. Ela revela, tanto quanto a dificuldade de nomear e criar inteligibilidade para um lugar tão distante da mentalidade espanhola, a importância do “dizer suporte”, um dizer que, mesmo que partindo de uma ficção, ajuda a estabilizar um conjunto de “narrativas fundadoras” sobre as quais será possível conhecer efetivamente a região. Quase um século mais tarde, o jesuíta espanhol Cristóbal Acuña produziu seu relato intitulado “Nuevo Descubrimiento Del Gran Río de Las Amazonas”, impresso pela Imprensa do Reino em Madri em 1641. A *relación* de Acuña se tornou um documento importante porque, além de acender na política colonial portuguesa a necessidade de tomar posse do território, fixou sentidos determinantes sobre o rio, atravessado pela perspectiva de, por meio dos grandes exemplos, servir de modelo à posteridade, quer dizer, aquilo que se conheceu como *historia magistra vita*.

Estas obras compreendem formas bastante específicas de imaginar a “Amazônia” que não utilizam necessariamente este vocábulo, mas sim o mais importante toponímico “Rio das Amazonas”. É por ali que a vida da Amazônia vai se integrando na forma de uma região inteligível. Outro “cronista do rio”, O Frei Pedro de Santo Eliseu, ao tentar mostrar os serviços dos súditos na “terra dos papagaios”, utilizou a epopeia para cantar o passado de glória dos portugueses (1746), o que viria a se repetir na afamada *Muhuraida* de Henrique João Wilkens (1785), ambos revelando o enorme peso que possuíam sobre a mentalidade portuguesa os versos de Camões, peso que influenciaria, também, a intelectualidade ilustrada no Brasil. Entre a viagem realizada por Eliseu em 1714, tendo como “objetivo a devolução às Índias de Castela em decorrência da Paz de Utrecht”²², e o término do seu poema, datado de 1746, foram transcorridos 32

²² SOUZA, Marinete Luzia Francisca. **A literatura amazônica**, 2013, p. 57.



anos²³. Imitando os versos camonianos, na tentativa de construir uma epopeia da viagem, o frei Santo Eliseu lembrou as guerreiras amazonas:

*A origem de Amazonas celebradas,
Que a este rio dão é impropriedade,
Jamais suas ribeiras povoadas
Desta gente se viu na Antiguidade.
A causa porque são assim chamadas
Deste rio as matronas, com verdade,
Foi que os primeiros que cá o descobriram,
Com arco e setas armadas lhe saíram*²⁴.

O Frei traduziu a obra de Cristóbal Acuña para o português, daí poder ter absorvido vários elementos de viagem do seu antecessor, coisa frequente na literatura produzida por religiosos e viajantes científicos. Como lembra Milton Torres, “é patente a convivência do poeta [Frei Eliseu] com o Grande Rio e várias de suas observações são novas referentes aos cronistas citados [Acuña e Alonso de Rojas]. Os carmelitas de Belém, como é sabido, eram assíduos frequentadores do rio Negro e de seus formadores [...]”²⁵. Os objetivos de Eliseu foram, além de catequéticos, alusivos à grandeza de Portugal. Este gênero de obra sofrerá gradativamente a concorrência, ao longo do século XVIII, dos textos produzidos por cientistas em busca de descrições físicas e etnográficas, influenciados pelo espírito do iluminismo.

Um destes “viajantes científicos”, Charles Marie La Condamine, que esteve em solo americano entre 1735 e 1745, aspirava sua celebridade na Academia de Ciências na condição de geógrafo e etnógrafo. Em seus relatórios de viagem, intitulados “*Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique* [...]” o autor se assenhoreou de dados e registros fornecidos por outros autores europeus, sobretudo missionários, “engrossou-os com uma percepção mais propriamente acadêmica e recheou-os dos elementos literários que tanto provocavam fascínio no público europeu, já que a manutenção das amazonas na narrativa científica era necessária para a recepção da sua obra”²⁶. Usando o topônimo “Rivière des Amazones”, o autor conferiu uma identidade ao território,

²³ TORRES, Milton. **A epopeia amazônica de frei Pedro de Santo Eliseu**. Viagem (1746). Belém: EDUFPA, 2015, p. 18.

²⁴ TORRES, Milton. **A epopeia amazônica de frei Pedro de Santo Eliseu**, 2015, p. 158.

²⁵ TORRES, Milton. **A epopeia amazônica de frei Pedro de Santo Eliseu**, 2015, p. 16.

²⁶ MUNARO, Luís Francisco. Notas sobre a incorporação do conceito Amazônia pela cultura letrada regional. In: COSTA, Edwaldo; HARA, Suélen Keiko (orgs.). **A produção do conhecimento nas ciências da comunicação 2**. Ponta Grossa: Atena, 2022b, p. 164.



transformando-o num objeto de curiosidade alusivo à toda a região onde circulavam os rios que desembocavam no Amazonas.

A entrada em cena dos escritos dos cientistas naturais e dos *philosophes*, autoproclamados porta-vozes das Luzes, alterou de forma significativa o imaginário europeu, obrigando, na Península Ibérica, o intelecto nacional ainda firmemente vinculado às tradições do Antigo Regime a se “reformatar” para abraçar a ilustração sem, contudo, decompor de forma fundamental os esquemas hierárquicos da monarquia. O *philosophe* assumiu a função de pedagogo, ou de guia do público leitor em direção ao progresso imaginado. Pode-se então falar que, de forma geral, com a expansão do Iluminismo, difundiu-se também entre os intelectuais uma certa ideologia do progresso, ou a noção de que o passado, um emaranhado de absolutismo, religião formal e escolasticismo, deveria ser ultrapassado para o bem da reforma humana. Foi neste espírito que a Coroa portuguesa se expandiu sobre a Amazônia, acarretando a expulsão dos jesuítas que eram vistos como um poder paralelo.

O governador do Estado do Grão Pará e Maranhão a partir de 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, implantou em 1755 a Capitania de São José do Rio Negro com o objetivo de facilitar a demarcação e posse das terras da Coroa portuguesa. Neste espectro de preocupações modernizantes se inscreveu a atividade do padre jesuíta João Daniel, já em vias de conflito com a autoridade monárquica. Na condição de jesuíta, os seus exercícios espirituais partiam de diretrizes assinaladas por Inácio do Loyola, estabelecendo desde as disciplinas espirituais que os membros da ordem deveriam seguir até os “comportamentos que implicavam em manter o silêncio durante vários dias, até a repetição de orações pré-determinadas”²⁷. A ordem jesuíta era a ordem religiosa que impunha padrão moral e intelectual mais rigoroso, formação educacional mais cuidadosa e prolongada. Transformados em um dos elementos importantes da atividade colonizatória promovida pela Coroa portuguesa, assumiram o protagonismo nas ações de conversão dos “gentios” que implicavam:

a modificação de seus hábitos de nomadismo; o ensino da língua portuguesa; o preparo técnico para trabalhos nos ofícios

²⁷ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. p. 87.



mecânicos; a mudança na organização espacial de suas antigas tribos, transformando-as em núcleos urbanos; a criação de um regime de trabalho disciplinado e de base agrícola e a reforma dos seus modos de vida social, criando, entre eles, a estrutura e os vínculos da família cristã. O objetivo maior desse “projeto de conversão” era transformar aquelas populações, consideradas inferiores, em vassallos úteis e cristãos²⁸.

Tendo as monarquias ibéricas se associado à Igreja no projeto colonial, as duas estiveram em aliança estreita durante as atividades colonizatórias. Este consórcio tornou a Companhia de Jesus destacada pelo seu poder político e econômico, tornando os missionários jesuítas um desafio constante para os colonos portugueses e à própria coroa (o que, sem dúvidas, contribuiu para a expulsão da Ordem em 1759)²⁹. Estes jesuítas se transformaram de forma contínua adaptando as suas ortodoxias às realidades culturais em que se instalaram e nas quais buscaram o exercício da catequese. No que concerne mais especificamente ao momento vivido pelo padre jesuíta João Daniel, trata-se de momento histórico de forte campanha desencadeada contra a Companhia de Jesus. Como lembra Maria Regina Celestino,

João Daniel viveu o tempo da derrocada e tendo observado diretamente as consequências negativas, principalmente para os índios, do projeto que merecera tanto empenho dos inicianos, pôde fazer do seu texto algo mais do que uma apologia à obra jesuítica na Amazônia. Apesar do tom defensivo e engrandecedor do trabalho da Companhia de Jesus na região, o autor demonstra lucidez suficiente para reconhecer as limitações da ação dos jesuítas, chegando a criticá-la em alguns momentos e a sugerir novas práticas³⁰.

Neste tempo de transição, João Daniel cumpriu sua função jesuítica ao mesmo tempo em que se tornou um “ilustrado”, de certo modo, um “filósofo da natureza”. Foi assim um jesuíta que, pela força das circunstâncias, transformou-se num “intelectual” no sentido moderno da expressão. Em suas descrições da vivência amazônica, ele apresentou vários aspectos da vida nos rios (como sugere Siewierski, boa parte daquilo que o intelecto português poderia conhecer no momento) e indicou formas possíveis de colonização que seriam bem comuns nos dois séculos seguintes (com forte ênfase fisiocrática na agricultura). O cuidado

²⁸ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos**, 2005, p. 90.

²⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Um Tesouro Descoberto**, 1995, p. 2-3.

³⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Um Tesouro Descoberto**, 1995, p. 8.



com a descrição do rio e suas habitantes mais famosas, as amazonas, é característico da literatura sobre a Amazônia. A nitidez da região foi sendo alcançada pelo mapeamento dos seus rios, dos seus recursos naturais e dos seus habitantes: indígenas, colonos portugueses e missionários, variando a permeabilidade dos primeiros à fé cristã ou à genericamente chamada civilização. Evidentemente, como em toda essa tradição literária, o padre jesuíta foi em busca do mito fundador, tentando descobrir exatamente o *locus* das “amazonas que deram nome ao rio”, quer dizer, as famosas indígenas cujo enfrentamento causou a experiência traumática que *fundou* a região no imaginário europeu. Ao contrário do viajante científico Charles Marie La Condamine, que afirmou com segurança terem as indígenas se interiorizado depois do confronto com os europeus ou mesmo com outros indígenas, João Daniel adotou uma postura mais questionadora:

[...] entre os rios Negro e Trombetas, ou Pauxiz sobre o Amazonas; porém vencidas dos espanhóis na peleja se retiraram fugindo por algum dos ditos rios, nem se deram por seguras senão no centro, ou cabeceiras; *nem há mais notícia se existem*, deixaram porém abalizado o seu nome ao rio, [que] desde então se principiou a nomear Amazonas, que já hoje é o mais comum e universal³¹.

Dar um lugar bem definido às amazonas foi uma tarefa importante também para Charles Marie La Condamine: as guerreiras precisavam estar bem discerníveis no seu registro que se pretendia científico. La Condamine afirmou a existência das guerreiras lendárias e o fez recheado de indicadores científicos, talvez preocupado com sua celebridade na Academia de Ciências em Paris. Importava, evidentemente, menos a verdade sobre as afamadas guerreiras do que o sentido implícito em desvendar para onde fugiam indígenas que evitavam o contato com os europeus ou, de forma mais geral, com os homens.

O desafio do intelectual jesuíta, ao contrário do seu antecessor da Academia de Ciências, é fornecer um retrato dos elementos humanos que já contenham indícios da formação de um novo homem: o descendente dos europeus e indígenas, o americano. É o mapeamento destes elementos díspares que se encontram na bacia do Amazonas que move a curiosidade do padre.

³¹ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 49, grifos nossos.



Sobretudo, este demonstra conhecimento das iniciativas anteriores de outros missionários, portugueses e castelhanos, bem como das obras que eles deixaram. Em conjunto com as obras destes últimos, menciona as do próprio Condamine, ao afirmar que nos Andes “a prata é tanta que é mais barata do que o ferro; e tantas outras, que enriquecem toda a América espanhola, que bem descreveu *monsieur* Condamine dizendo que na grande cidade de Lima [...]”³². E, mais adiante:

E porquanto deles já escreveram muitos historiadores, como são os padres Manuel Rodrigues, José da Costa, Samuel Prix, Bentendorf e outros, *além de alguns seculares, como são Condamine*, francês, e vários espanhóis, só darei alguma sumária notícia em confuso quanto só baste para formar alguns conceitos e vir no conhecimento do grande tesouro que Deus descobriu nas vastas terras, dilatadas margens e assombrosas matas deste grande rio, e do seu dilatado distrito e império³³.

“Notícia”, “conceito” e “conhecimento” se cruzam na perspectiva do padre que, muito provavelmente, nesta altura não alimenta a perspectiva clara de que os seus manuscritos no cárcere seriam tão lidos postumamente. Situando indígenas, militares, colonos e jesuítas, ele utilizou uma série de expressões distintas para exhibir ao imaginário do leitor a memória da aventura civilizatória.

O “estado do Amazonas” e sua habitação

Ora o padre João Daniel, em sua empreitada de exhibir o imaginário à memória, referia-se “ao estado do Amazonas”, ora “a todo o estado amazônico” como parte integrante das possessões portuguesas e, em alguns casos, espanholas, para discernir o imenso e rico território desocupado e carente de ser preenchido com os elementos civilizatórios pretendidos. Ao mapeamento do território o jesuíta infunde, de forma gradativa, a presença da Coroa portuguesa, fazendo-se, pela força das circunstâncias, um secular. Na linguagem do padre, o “estado do Amazonas” parece possuir uma acepção ora de situação física caracterizada pela unidade territorial, ora de território no interior da administração da Coroa portuguesa. A palavra é ambígua sobretudo se levarmos em conta os seus usos antes da consolidação da moderna acepção de Estado

³² DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 1, 2004, p. 107.

³³ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 1, 2004, p. 263, grifos nossos.



nacional e suas unidades administrativas. Pode ser de alguma serventia recuperar, por completo, o que disse o dicionário de Rafael Bluteau de 1790 sobre a palavra Estado:

Estado: s. m. a situação e relações físicas ou morais, a posição em que se acha alguma coisa ou pessoa v.g., as fabricas estão em mau estado; a agricultura em péssimo estado; o estado de saúde, o estado de cidadão, de cativo, de estrangeiro. § Profissão, modo de vida. §Tomar estado, casar-se ou tomar modo de vida. § Casa e família com o mais trem de alguma personagem ou Príncipe. § Classe de cidadão v.g., o Estado da Nobreza, do Clero, do Povo. § Graduação, predicamento civil. Auto do Dia de Juízo, um homem do meu estado. § os Estados, i.e, os 3 estados da Nação. §Termos ou circunstâncias v.g. não está em estado de servir, estado de miséria, de pobreza, da doença. § Coche, cavalos de estado, para pompa. § Estado, a equipagem, cortejo, cavalgaduras, coches, pajens e mais aderentes da pompa que tem alguma pessoa em razão de officio ou por seu grande tratamento [...] O Governador estava em seu estado. § As terras de algum Senhor v.g. , os estados de Bragança ou da casa de Bragança [...], Senhor de meu estado. § o Estado Maior de um regimento são certas pessoas do seu serviço com o Capitão, Auditor, Ajudante, Quartel mestre, Cirurgião Mor e 4 ajudantes, tambor mor, preboste, com os officiais maiores. § Estar de Estado Maior e Estado Maior, se diz o Capitão, que fica de guarda e quartel vinte e quatro horas e tem a superintendência dele. § Estado do meio, entre os mecânicos e a nobreza, é o de certas profissões que se fundam em ciências v. g. o Pintor, Boticário, escultor, Cirurgião... Ord. L. § Razão de Estado, motivos políticos.³⁴

Dependente do contexto, estado pode indicar a “situação e relações físicas ou morais” e “as terras de algum Senhor”, não podendo ser excluída a noção já bastante presente do Estado nacional europeu em contraste com as outras formas de organização política com as quais os europeus iam se deparando, como os “reinos dos tiranos” no Oriente e o “estado de natureza” dos indígenas. Na leitura de Renan Freitas Pinto, sobre o raciocínio europeu que se construía em oposição ao mundo indígena, “esse pensamento político construía a própria noção de Estado tendo como ponto de partida o cenário da vida selvagem e do estado de natureza, criada a partir da imagem do Estado nacional europeu [...]”. Segundo o mesmo autor,

É a partir também dessa geografia ampliada que se consolida na perspectiva do europeu um pensamento político de conteúdo cada vez mais eurocêntrico, cujos elementos principais se

³⁴ BLUTEAU, D. Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro.** Tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790. p. 558.



organizam em torno dos processos de formação do Estado nacional, da sociedade civil, da organização da cultura dos países americanos como prolongamentos da Europa.³⁵

O Estado amazônico, assim, não é uma unidade administrativa com contornos bem definidos, parecendo-se mais com um estado físico, um território, cuja organização se dá em torno do grande rio. Quando o Padre João Daniel reflete sobre o território no qual se inseriu sua atividade catequética, está buscando dar um contorno mais ou menos claro para o “palco da colonização”. Ao procurar estabelecer as suas diretrizes para o povoamento da Amazônia, o padre menciona ser “sadio aquele estado” que tem como “cabeça” a cidade do Pará, Belém:

De tão boa tempérie e clima do Amazonas nasce o ser muito sadio aquele *estado* pela maior parte, e se em algumas poucas é menos salúífero e alguma cousa doentio, não é por causa do clima, mas por falta de providência nos *seus moradores e naturais* índios; ou porque bebem das águas enlodadas do Amazonas, ou porque assistem e moram sobre lagos, e na sua vizinhança, onde a água ou é menos pura ou alguma cousa encharcada; ou por causa dos pântanos que têm ao pé de si e nisto tem alguma incúria a mesma cidade do Pará, cabeça de todo o *estado amazônico* [...]³⁶.

O que parece importar, aqui, é a visão de uma vasta porção de terra no continente americano que vai sendo ocupada a partir da “cidade do Pará”, dirigindo-se para o interior do continente arredio à civilização. A partir deste mapeamento inicial o padre vai, pela via da sua imaginação memorativa, entrando no rio que deverá ser abrigado pela “civilização portuguesa” em conjunto com a iniciativa catequética. Quer dizer, ele vai dando contornos ao estado, como uma dada porção territorial, no interior dos domínios portugueses. Tendo vislumbrado esse estado, o padre tenta discernir quem é o homem que, entre o religioso e o moderno, é não apenas a alma em débito com Deus, mas também o material maleável a ser composto pela iniciativa reformista da lei humana, dentro de um espírito mais ilustrado do que catequético. O espírito ilustrado indica mais uma ação da lei humana do que da lei de Deus – para que esta possa agir, na visão do padre ilustrado, é preciso que aja antes um governo bem estabelecido.

³⁵ PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. **Estudo Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

³⁶ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 1, 2004, p. 79, grifos nossos.



Na sua busca pelo mapeamento do território e sua exposição ao imaginário, sua transformação em um estado, uma coisa mais palpável e “fixa”, o padre apresenta ao leitor as várias vilas devidas à catequese, indo de Belém em direção ao interior e que compõem notável interesse historiográfico: Mortigura (hoje Barcarena), Camutá, Oeiras, Souzel (hoje Senador José Porfírio); já no rio Amazonas, Macapá encarregada da defesa de todo o “estado amazônico”, Gurupá, Boa Vista dos Portugueses (Altamira?), missão de Maturu (Porto de Moz?), Vila de Monte Alegre, Alter do Chão, Vila Franca, seguindo uma série de missões como Santo Inácio, São José, Gurupatuba (Monte Alegre), Santa Cruz, Serobiu, Jam Mondazes, Santarém e Óbidos, havendo um longo vazio até a chegada em Serpa, atual Itacoatiara, seguida pela Vila de Borba. No Rio Madeira, o padre destaca a presença dos “castelhanos”:

São muito populosas estas missões castelhanas, por não terem as pensões das portuguesas na repartição dos índios aos brancos, e ausência de suas casas. Vivem pois muito descansados, com muita paz e sossego, sem os inconvenientes, distúrbios, e diminuição dos índios do domínio lusitano; e por isso descem sem dificuldade muitos outros do gentilismo, porque não têm a remora de haver ir servir aos brancos³⁷.

A paz nas posses castelhanas ao longo da bacia, segundo o padre, se devia a não haver a retirada de índios dos aldeamentos para as vilas administradas por seculares. Nestas missões privilegiadas se verificaria o aprendizado de artes, das letras, e mesmo o ensaio de bandas e composições artísticas consideradas impossíveis nos domínios portugueses. No segundo volume de sua obra organizada, entram considerações mais prescritivas a respeito do povoamento, colonização e atividades missionárias, que serão tratadas na próxima parte deste artigo. Conhecendo as riquezas “sem fim” – num *topos* ainda hoje bastante comum relativo ao “paraíso verde” – os portugueses deveriam persistir no esforço de delimitar o território, aplainá-lo para a presença da civilização e dele extrair riquezas, misturando-se aos indígenas e usando os seus conhecimentos específicos sobre o sertão. Estas riquezas deram o nome “tesouro” à obra, como o jesuíta explica:

São as riquezas do *rio Amazonas* e o *tesouro* de que falo, a grande fertilidade das suas terras, as preciosas especiarias das suas matas, e as copiosas colheitas dos seus frutos, porque nos frutos

³⁷ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 1, 2004, p. 400.



da terra e bens estáveis consiste a mais estimável riqueza dos homens, e não nos ouros, pratas, e preciosas gemas, que de repente se podem perder e desaparecer em um momento³⁸.

Vai sendo estabilizada, na linguagem do padre, também alusiva aos viajantes e missionários que o antecederam, uma visão mítica, mais próxima do edênico, sobre riquezas ainda incognoscíveis, patente nos usos inteiramente desconhecidos pelos europeus dos minerais, vegetais e plantas. Ao aludir a estas “perícias”, o autor deixa de se referir aos indígenas na condição de selvagens e passa a se referir a “nações”, enfatizando a sofisticação dos seus ritos e refinamento dos costumes, mas também de suas constantes e intermináveis guerras. Os marcadores identitários dos indígenas variavam, assim, enormemente, do “estado de natureza” e barbárie até a formação de nações mais complexas³⁹. O uso da expressão “nação” é alusivo a um grau mais complexo de organização social, caracterizada, como seus similares na Europa, pelo uso de uma língua e costumes em comum, território e herança cultural. Ao descrever as “nações do Rio Negro”, o autor observa suas inúmeras perícias médicas através das quais conseguem, com recursos naturais, curar os seus feridos:

Têm estas *nações* muitas guerras entre si, onde morrendo uns, saem outros meio mortos, e outros gravemente feridos atravessados de taquaras, que são umas grandes frechas, e afirmam alguns práticos que não ficam mortos na contenda, nenhum morre, por mais feridos que saiam dela: porque os curam com ervas e remédios naturais, em que são insignes, porém por modo nenhum os descobrem aos brancos⁴⁰.

Ao descrever o homem que habita a terra, o jesuíta criou uma consciência mais nítida a respeito do território, alterado pela constante mobilidade de sujeitos em seus intermináveis conflitos. João Daniel gasta então longas páginas para apresentar o “estado de guerra” entre os vários povos indígenas, quer dizer, os “índios do Amazonas” que “vivem à lei da natureza”. Expondo, assim, os rios, seus habitantes, sua flora e fauna, seus modos de vida e povoamento, aparece a imagem do “estado do Amazonas”, o vasto território orientado pelo grande rio,

³⁸ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 133.

³⁹ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos**, 2005, p. 17.

⁴⁰ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 1, 2004, p. 301, grifos nossos.



palco de disputas que aparentemente tiveram “início” nas trocas de animosidades entre os espanhóis e as amazonas.

O sentimento diante dos indígenas é variável: ora de piedade diante do espetáculo miserável da escravidão, ora de julgamento diante dos “vícios morais”, ora, por fim, de admiração diante do cabedal de conhecimentos acumulados através das tradições. É neste último aspecto que se pode falar em nações que, com o domínio de linguagens específicas, acumularam saberes ao longo do tempo. Seria, por outro lado, justamente a babel de línguas um dos principais obstáculos ao colonizador. Estabelecer os domínios da nação portuguesa na América só seria possível por meio da substituição desta babel pelo português. Deste modo, fazendo-se um moderno, o padre João Daniel abandona a defesa da língua geral, o *nheengatu*, e passa a ver com vantagem a difusão da língua portuguesa, inscrevendo-se assim nas mudanças do Diretório Pombalino (ver nota 7). Este Diretório que gerou disputas inevitáveis entre as ordens missionárias e o poder secular, lembra Reinaldo Forte Carvalho,

[...] enquadrou por meio de um arcabouço jurídico as populações indígenas que habitavam nos aldeamentos, onde passaram a ser incorporados na nova dinâmica econômica estabelecida por Pombal para as colônias portuguesas. Em meio à implantação dessas diretrizes da legislação pombalina, as populações indígenas passaram a ser enquadradas e tutoradas a partir de uma concepção estabelecida pelo Estado português no tripé liberdade, autonomia e autoridade.⁴¹

Na sua aceitação deste processo incontornável da modernidade política, João Daniel refez, por assim dizer, o seu estatuto: o jesuíta submisso ao poder temporal aceitou a primazia do governo secular. Abandonou o método de alfabetização cunhado pelos jesuítas, baseado do *nheengatu*, e recebeu como inevitável o projeto de nação portuguesa liderado pelo marquês de Pombal. Seria pela língua em comum, na sugestão de Benedict Anderson, que as nações modernas começaram a se afastar do espírito unificador da igreja antes gestada através do latim. O padre transferiu esta visão moderna da nação para a América e nela percebeu o conflito entre as várias nações indígenas e suas diferentes línguas, sendo a unificação imperativa para a civilização portuguesa:

⁴¹ CARVALHO, Reinaldo Forte. “O Diretório Pombalino”: legislação e liberdades indígenas na capitania do Siará Grande. *SÆCULUM—Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 455-472, jan./jun. 2021. p. 457.



Sendo tantas, e tão diversas as *nações e linguagens do Amazonas*, é impraticável aos europeus o poder aprendê-las todas para as perceber, e praticar; por outra parte todas aquelas nações se veem precisadas a aprender uma nova linguagem, logo não os brancos, mas os índios são os que hão de aprender dos brancos a sua língua. E se me opuserem que para isso basta a língua geral, e que não é necessária a portuguesa, respondo que sim bastaria se essa língua fosse geral a todas aquelas nações, mas como para eles é a língua geral antiga tão estranha como a mesma portuguesa, melhor lhes é e mais lhes convém aprender a portuguesa, que a geral; porque com a portuguesa eles se fazem hábeis para tratar com os brancos, e com a geral só podem comunicar com os índios antigos nas missões, que são só os que a sabem⁴².

Além do ensino baseado na língua portuguesa, deveria haver um corolário de leis bem definidas e cumpridas – e em parte nisso o jesuíta que se fez moderno se tornou adepto do Diretório pombalino. O início da civilização em meio à floresta requisitaria o correto cumprimento das leis, quer dizer, leis bem estabelecidas capazes de disciplinar a ocupação do território. Mesmo que existam boas leis, elas eram dificilmente cumpridas pelos colonos e militares valendo, por fim, a brutalidade no trato com o indígena e sua subsequente escravização⁴³.

O que o padre está sugerindo, nesta altura de sua reflexão no cárcere, é a acomodação da iniciativa jesuíta, de caráter espiritual, na moderna conquista do território, de caráter secular. O jesuíta se imbuí de um certo apego à pátria portuguesa, mas defende, antes de qualquer coisa, o caráter religioso da civilização: essa só teria sentido na estrita devoção a Deus que começa pela educação fornecida pela catequese. Ele também expressou com desalento o seu sentimento com relação à iminência da ruína das missões jesuíticas na América portuguesa. Se os missionários gastaram tanto tempo fixando missões, os “seculares” apenas lá iriam para retirar trabalhadores, transformá-los em escravos e destruir o trabalho catequético:

Se os missionários devem gastar com as suas respectivas missões todo o produto das suas canoas ao sertão, da mesma sorte, ou ainda com mais razão, devem fazer o mesmo os seculares, que nem têm com eles os trabalhos que têm os missionários; nem lhes pagam também. Digo isto em defesa daqueles missionários, que se utilizarem dos produtos dos seus índios, prescindindo da licença que para isso tenham das suas regras, e dos seus superiores; que quanto aos missionários jesuítas, e capuchinhos,

⁴² DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 335.

⁴³ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 318.



e talvez muitos outros, ordinariamente tudo o que lhes produziam as suas canoas gastavam com as suas missões e índios e igrejas⁴⁴.

A consolidação deste trabalho catequético e civilizatório, na visão do padre, só poderia ter início com uma verdadeira conversão espiritual, com a educação capaz de inserir na civilização e, assim, fazer ingressar no universo da cultura letrada. É por isto que, além das escolas para “civilizar e industrializar” os indígenas, sugeria-se que se erigisse um “seminário dos meninos mais sabidos de cada missão, e que nele se ensinassem os primeiros rudimentos com a língua portuguesa e polícia, para que voltando para as suas missões mais instruídos pudessem ser mestres dos outros”⁴⁵. Assim, João Daniel propõe uma reforma que ultrapassa o ideário intelectual e moral jesuítico e se insere nas preocupações econômicas mais especificamente modernas que têm no mercado o seu epicentro⁴⁶.

Tendo mapeado de forma bastante profunda esse território e seus habitantes, com os nítidos limites da *ouillage mental* do seu tempo e da instituição de que fazia parte, o padre passa para a tarefa mais difícil: convidar os seus contemporâneos à construção da civilização portuguesa na Amazônia, quer dizer, à formação do *estado amazônico*.

Reconfigurar a terra e gerar a “civilização”

As propostas para a civilização amazônica não são apenas um tema recorrente na historiografia como também um ativo alvo da propaganda. Não se olvidam esforços, com ares sempre preocupados, em pensar como o “paraíso verde”, o “pulmão do mundo”, o “celeiro do mundo”, entre outros, deve ser gerido, ocupado, transformado em recursos. O mapeamento e descrição do território e seus povos é quase que sempre acompanhado pela ideiação de um futuro no qual se realizaria uma espécie de civilização tropical⁴⁷. Tanto no

⁴⁴ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 312.

⁴⁵ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 338.

⁴⁶ PINTO, Renan Freitas. **A viagem das ideias**, 2005.

⁴⁷ Em seu estudo sobre a obra em questão, o historiador Renan Freitas Pinto identifica três elementos principais nesta proposta para a incorporação do vale amazônico à civilização: “1) a arquitetura deve ser concebida levando-se em conta, em primeiro lugar, que a região é equatorial e tropical e tem como topografia dominante áreas de extensas planícies cortadas por inúmeros rios. Além disso, a região dispõe de uma grande quantidade e variedade de materiais que devem ser combinados para a construção, com o que é possível adotar um padrão de arquitetura



imaginário contemporâneo sobre a Amazônia quanto no imaginário setecentista que estamos estudando, os “habitantes do Amazonas” aparecem descolados de suas condições de existência reais, muitas vezes pintados a partir de um exotismo desproporcional: se para o raciocínio modernizante era imperiosa a mudança dos hábitos, há uma ideologia contemporânea segundo a qual estes hábitos devem ser tratados como objeto museográfico. Nas palavras do nosso setecentista, os “habitantes do Amazonas” eram em sua maior parte indígenas, mas também mestiços, colonos que receberam terras, missionários, militares *etc.* O desafio estaria em reunir estes elementos humanos e fazê-los ultrapassar, na sua tarefa de sobrevivência, “a preguiça e o desmazelo”:

[...] os *habitantes do Amazonas* têm terras quantas queiram, e tão boas, que não necessitam para as searas, e plantamentos, mais do que meter o grão, ou vara na terra; e contudo poucos são os que têm já algumas fazendas de cacau, e café, já por muita preguiça, e desmazelo, e já por estarem atidos às esperanças das canoas do sertão, não advertindo no adágio comum que vale mais um passarinho na mão do que dois a voar; vale mais um plantamento de cacau manso sem riscos, nem contingências, do que a incerteza de grandes colheitas do sertão⁴⁸.

Na visão do padre, a colonização envolveria o trabalho, que seria o fundamento da civilização, e a religião, que seria o fundamento da moral. O trabalho é percebido sobretudo em sua forma fisiocrática, na transformação do solo, por meio da agricultura, em riqueza. Caberia então, ao padre que se começava a transformar em intelectual moderno, tocar nos aspectos considerados problemáticos do homem indígena, bastante diferente

perfeitamente adequado e adaptado ao ambiente e economicamente acessível em razão da ampla disponibilidade dos materiais de construção recomendados pelas características climáticas e físicas da planície amazônica; 2) o traçado das cidades, vilas e demais aglomerações deveria considerar como primeira regra um tamanho limitado para balizar o crescimento urbano e assim evitar o excesso de aglomeração populacional que comprometeria uma distribuição humana equilibrada pelo território. João Daniel sugeria que a criação de cidades deveria seguir, na medida do possível, a distância que existe entre as cidades portuguesas, um modo não apenas de evitar o surgimento indesejável de grandes cidades, mas de assegurar um sistema mais eficiente de ocupação econômica e de uma mais equilibrada distribuição populacional. As cidades deveriam ser construídas preferencialmente em terrenos elevados e arejados como medida de segurança contra as inundações e regime de cheias e vazantes, com o que se garantiria também melhores condições sanitárias, pois essa localização também buscava evitar a proximidade de águas paradas e charcos, fontes de doenças. As cidades e vilas deveriam manter o costume indígena de fixação à margem dos rios, paranás e igarapés, como um meio eficaz de facilitar a navegação, a comunicação e o transporte”. PINTO, Renan Freitas. **A viagem das ideias**, 2005.

⁴⁸ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 252, grifos nossos.



culturalmente do europeu, e inseri-lo neste projeto. Os principais elementos que dificultam esta absorção estão não nos indígenas em si mesmos, considerados material maleável, mas nos seus hábitos adquiridos, considerados ora pouco afeitos ao trabalho, ora pouco permeáveis ao aprendizado regular, com o predomínio das tradições orais e a dificuldade de se ater aos ofícios escritos⁴⁹.

Desta devoção ao universo oral, com seu próprio universo de mitos, nasceria uma das principais dificuldades da catequese. É sabido que as tradições orais foram bastante utilizadas pelos jesuítas e que a manutenção dos mitos com traços de catolicismo resultou nas iniciativas missionárias mais bem sucedidas. Além da distância da escrita e predomínio da oralidade, os indígenas se entregariam facilmente à “corrupção dos costumes”, que o nosso autor constantemente chama de “vícios” gradativamente absorvidos também pelos europeus em solo americano, quer dizer, a “natureza corrupta”⁵⁰. O autor diagnosticou, com seu teor tipicamente moralista, a adoção pelos brancos dos costumes indígenas, processo em cujo cruzamento se dá a formação das comunidades caboclas que seriam celebradas, mais tarde, como a seiva espontânea da vida amazônica pelos autores modernistas⁵¹. Se lhes falta, contudo, moral, escrita e religião, há neles de forma abundante o conhecimento específico das condições da vida amazônica tratados por meio de suas línguas específicas. É neste aspecto que eles se configuram, na visão do padre intelectual, como nações. Como lembra Maria Regina Almeida, ainda que o padre tivesse como objetivo central transformar os indígenas em cristãos, isso não o impediu de admitir (e de forma crescente) que alguns dos costumes indígenas eram dignos de ser imitados. Na leitura da autora, os escritos de João Daniel refletem “a ambiguidade entre o *a priori* da verdade estabelecida e a vivência de uma realidade nova, que atua quase imperceptivelmente sobre as concepções originais de um saber ortodoxo”⁵².

Com este esforço contínuo, o padre João Daniel forneceu elementos historiográficos importantes para o entendimento da “vida amazônica” no século

⁴⁹ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 1, 2004, p. 269.

⁵⁰ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 282.

⁵¹ MUNARO, Luís Francisco. Nem inferno, nem paraíso: esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937). **Revista Observatório**, Tocantins, v. 5, p. 412-437, 2019.

⁵² ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Um Tesouro Descoberto: imagens do Índio na Obra de João Daniel. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1995. p. 8.



XVIII que ainda hoje são bastante perceptíveis. Muitas de suas instruções aos colonizadores vão ser rerepresentadas, séculos mais tarde, por intelectuais como Torquato Tapajós, em seu famoso “Colonização e imigração, povoamento do estado do Amazonas”, de 1897⁵³. Diz respeito aos locais de povoamento, aos cuidados com doenças transmissíveis, ao melhor uso dos solos, exploração das colheitas mais afins *etc.* No caso do padre, o colonizador haveria de ser o português. No caso de Torquato, ele procede uma longa exposição sobre os trabalhadores migrantes mais “apropriados”. Sendo o interlocutor do padre o português de meados do século XVIII, suas instruções sobre a construção de fazendas começavam pelos aspectos mais práticos, mais concentradas na ação individual dos colonos do que nas iniciativas seculares do Estado (como no segundo). Em seu modo prático de fazer um sítio ou fazenda, considera os seguintes pontos de partida:

E neste caso eu lhe quero dar a mão, e servir de guia para que não desmaie, nem se perca naquele *labirinto*. Primeiramente o suponho conduzido à povoação para a qual o destinam o magistrado ou os ministros régios, ou o governo, como costumam; onde achará um tal tijupar, ou ramada, com que se recolha com *sua família*, porque também isso corre por conta dos superintendentes; e logo na repartição das terras lhe dão posse da que lhe assinam⁵⁴.

O padre pretende que a cabeça da ocupação sejam “famílias”, ainda que se refira também, num tom elogioso, a “aventureiros”. Quer dizer, famílias portuguesas, entendidas num sentido amplo de patriarca com sua rede de subordinados. Assim, à chegada da família, procede a escolha de um lugar, a abertura da mata com fogo, o plantio de milho graúdo, feijões, legumes, algodão, a derrubada de árvores para obtenção de madeira e a construção de moradias e benfeitorias. Os terrenos e moradias poderiam, segundo o padre, ser comprados dos indígenas ou fornecidos pela Coroa. Os primeiros também poderiam fornecer as canoas para a navegação, até este momento os mais práticos e velozes meios de transporte pela árvore de rios amazônicos. Os indígenas também forneceriam conhecimentos valiosos sobre a pesca e obtenção de outros preciosos recursos

⁵³ MUNARO, Luís Francisco. A civilização do Amazonas no pensamento de Torquato Tapajós (1853-1897). **Canoa Do Tempo**, Manaus, v. 12, n. 1, p. 343-366, 2020.

⁵⁴ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 271, grifos nossos.



naturais. Noutras palavras, poucas e eficientes medidas seriam capazes de erguer uma fazenda, desde que o europeu candidato a esta nova civilização não recaísse na “preguiça”, quer dizer, na entrega à obtenção de recursos de forma simples em meio à mata:

Advertindo geralmente que por qualquer modo que queiram principiar a sua vida o podem fazer com tantas conveniências que em poucos anos se vejam ricos só com porem da sua parte algum mediano trabalho, e cultivarem as searas da Europa, não se dando à *preguiça*, ou malacia, como costumam aqueles habitantes, que por isso, podendo ser muito ricos, são pobres, e por razão da sua *preguiça* há tanto desejam, e buscam ter escravos que lhes façam alguma coisa, para eles só estarem sentados nas suas manhãs com o cachimbo na boca⁵⁵.

A povoação do rio é parte da conquista portuguesa da região e só seria efetivada com o trabalho, quer dizer, a conversão da mata em riqueza. Encaminhando a sua obra para um final não planejado, o jesuíta se torna defensor do projeto colonial português, mesmo que encarcerado pelas forças da Coroa. O início do processo de conquista é assim descrito em sua obra:

Sendo a povoação do rio e estados do Amazonas o principal objeto dos seus conquistadores, não será fora do nosso argumento o propor alguns meios mais proporcionados e fáceis à sua povoação. Não falo das povoações dos índios a que lá chamam aldeias e missões, porque delas já falamos quanto basta *respective* aos seus missionários, que são ordinariamente os seus fundadores; falarei agora aqui das povoações dos brancos e europeus, que são as que mais se pretendem, e com que se procura povoar aquelas terras, que sendo tão pingues e férteis, estão devolutas, desertas e feitas matas bravas⁵⁶.

Ao persuadir o “aventureiro” no exercício de “povoação do rio Amazonas”, o padre também transmitiu informações sobre doenças, manutenção da “saúde dos homens”, cuidados especiais com o clima úmido da região⁵⁷. O seu “Tesouro Descoberto no Rio máximo Amazonas” se encaminha assim para o final trazendo várias expressões para delimitar aquele vasto conjunto que hoje denominamos Amazônia, como “estado amazônico”, “estado do Amazonas”, “estados do Amazonas”, mas não traz, em nenhum momento, a expressão Amazônia.

⁵⁵ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 273, grifos nossos.

⁵⁶ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 389.

⁵⁷ DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. v. 2, 2004, p. 487.



Esta apareceu em seus conjuntos de poesias que fazem parte de vários livros deixados pelo jesuíta: “a enciclopédia, um tratado, um vade-mécum, um projeto do futuro e um livro de poesia. Este último falava mais alto, como se reclamasse um *status* privilegiado”⁵⁸. É justamente nestas séries poéticas, que são também trabalhos descritivos, que consta esta referência ao ainda misterioso vocábulo Amazônia, hoje alvo de intermináveis disputas geopolíticas. Afinal, a “Amazônia pertence a quem? qual a importância da Amazônia? é a Amazônia o pulmão do mundo?” *etc.* Em algumas definições geopolíticas, como a de “Amazônia Legal”, esta compreende a maior parte do território brasileiro, o que é, sem dúvidas, o resultado de uma longa disputa em torno do vocábulo e do território a que ele diz respeito. A palavra aparece, em João Daniel, pelo menos um dos primeiros a utilizá-la, como o lugar das “famosas Amazonas que deram nome ao rio”. Nas suas poesias, elaboradas durante o seu período de cativo entre 1757 e 1776, sendo impossível precisar em qual momento destes 19 anos, João Daniel elaborou uma descrição das lendárias mulheres que deram nome ao rio e haviam fugido da presença dos homens:

Deságuam no Amazonas
O rio urubu
O rio seracá
O rio Anibá
O Rio Trombetas
Entre estes rios
Dizem alguns
Estava o célebre lago Dourado
E rica cidade Manoa
E também as *famosas Amazonas*
Que deram nome ao rio
E que subindo e fugindo por um deles
Se foram esconder nas suas cabeceiras
Ou centro dos matos”⁵⁹.

Ao longo destes curiosos versos transparece um saudosismo com relação à vida livre que o autor viveu em solo amazônico. Entremeia o deslumbramento com a riqueza da natureza e a vida dos indígenas, com a necessária tarefa de colonização que caberia aos portugueses e que o autor não viveria para ver –

⁵⁸ SIEWIERSKI, Henryk. **Livro do rio máximo do Padre João Daniel**. São Paulo: EDUC, 2012. p. 8.

⁵⁹ SIEWIERSKI, Henryk. **Livro do rio máximo do Padre João Daniel**, 2012, p. 15, grifos nossos.



sequer voltaria a sair do cárcere. É nesta linguagem poética que a Amazônia aparece como vocábulo definidor, como sinônimo para uma região rica no interior do continente americano convergente no maior rio do mundo. Como de praxe, o jesuíta mapeou os elementos amazônicos a partir de comparativos estabelecidos com o que lhe é familiar no universo europeu, a andirobeira se compara às oliveiras, da mesma forma que a aguardente se compara aos vinhos:

Andirobeira é árvore abençoada
Porque serva na *Amazônia*
Para o mesmo
Que as oliveiras na Europa [...]

Aguardente é tanta na *Amazônia*
Como são na Europa os vinhos
São tantos os seus préstimos medicinais
Que bem merece ser contada
Por um dos principais
Gêneros comerciáveis do *Amazonas*⁶⁰.

Evidentemente, o seu leitor é o português radicado na Europa em proveito do português estabelecido no Brasil, muito embora não seja possível apurar com precisão até onde o autor imaginasse a recepção de sua obra. O padre João Daniel usou o vocábulo Amazônia para indicar uma região seguramente maior do que o Estado do Grão-Pará e Maranhão e que abraçava outros rios como o Negro e o Madeira e cujos limites estavam em vias de definição. Ao falar do Amazonas, João Daniel estava falando do rio e dos seus circuitos já inteligíveis, cujo início se acreditava ser, na sua época, a zona andina do Rio Napo. É a vida rica no rio que se está sendo tratada.

Enquanto João Daniel conheceu efetivamente o rio descrito, seu antecessor Charles Marie La Condamine tinha no horizonte, além da curiosidade científica, a necessidade de se tornar uma celebridade na Academia de Ciências manifestando radical grau de inovação. Apesar do colorido e do tom propagandista dos escritos iluministas, foi a experiência intelectual jesuítica, ainda que matizada pela necessidade imperativa de “modernizar-se”, que permitiu “juntar” as peças geográficas do que seria conhecido como Amazônia. Isto não aconteceu, evidentemente, apenas com João Daniel: muito da literatura

⁶⁰ SIEWIERSKI, Henryk. **Livro do rio máximo do Padre João Daniel**, 2012, p. 121, grifos nossos.



descritiva produzida por missionários, em especial jesuítas, foi obscurecida pelo tom propagandista dos escritos iluministas, auto apresentados sempre em radical ruptura com o passado (e disso mesmo dependia a sua celebridade diante dos outros letrados). As peças da Amazônia, nos escritos jesuítas do padre João Daniel, deixam implícita uma visão da decadência europeia passível de ser purgada na América edenista:

As terras do Amazonas estão ainda “tanto em embrião como estaria o mais mundo no seu princípio”. Os matos são incultos, mas mais férteis do que de todo mundo, por isso o Amazonas é *terra prometida*, enquanto a Europa parece uma terra dos expulsos do paraíso⁶¹.

Considerações Finais

Se nos perguntarmos sobre o que os intelectuais leram e como utilizaram o já lido para compor as suas próprias obras, temos em João Daniel algumas das bases sobre as quais se estabeleceram os romances indianistas do século XIX. A rede de escritos que foi se construindo em torno do vocábulo “Amazônia” tem como núcleo a busca pela compreensão do enigmático espaço em que vivem ou pelo qual viajam, cercado de criaturas lendárias, que lentamente se desvanecem nas cada vez mais imperativas descrições científicas das quais o romance naturalista foi o grande herdeiro e retomou na forma de manifestação folclórica com Marques de Carvalho, José Veríssimo e Inglês de Sousa, alguns dos mais prolíficos escritores amazônicos. Aspecto importante da cultura moderna, ou mais propriamente seus derivados iluministas, é o deslocamento do observador imerso num jogo de forças indiscerníveis, o religioso, para o observador imparcial, científico, para o qual vale, talvez mais do que a própria verdade, o reconhecimento dos seus pares, a glória literária propriamente dita. Apesar da falsa dicotomia estabelecida pelos escritos iluministas em sua luta contra as trevas do passado, seria um equívoco dizer que não há descrições etnográficas e de utilidade científica nos relatos jesuítas. Como lembra o mesmo Henryk Siewierski,

[...] estudos mais recentes, evidenciando a complexidade das relações entre os jesuítas e o Iluminismo, bem como a contribuição deles para a ciência nos séculos XVII e XVIII e a

⁶¹ SIEWIERSKI, Henryk. **Livro do rio máximo do Padre João Daniel**, 2012, p. 157, grifos nossos.



diversidade das correntes do movimento iluminista, reforçam a opinião de que os jesuítas faziam parte integrante da ciência e cultura do Século das Luzes e que a sua destruição não foi tanto consequência do Iluminismo quanto das ações e interesses políticos. Faziam parte da mesma cultura que os destruíra e a sua liquidação pode parecer um patricídio⁶².

As releituras que sofrerá a obra do padre João Daniel são bastante complexas de perceber, sobretudo se levarmos em conta que sua primeira publicação no Brasil data de 1820 e que os manuscritos foram trazidos para o Brasil junto com a Corte portuguesa em 1808. Indício desta releitura está em que o famoso cronista Antonio Ladislau Baena (1782-1850), paraense e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, leu a obra tanto de João Daniel quanto de La Condamine e recitou passagens do primeiro deles no IHGB. Além da publicação de partes da obra em 1820, ela foi republicada de forma mais completa em 1840 e 1878.

Estas obras citadas compõem um circuito de escritos que potencializam a região: das *relaciones*, cartas e mapas, transformaram-se numa consolidada narrativa científica e acabaram figurando no importante projeto enciclopedista. Foram vulgarizados nos textos de Jean Jacques Rousseau, até reingressarem na cultura política brasileira por meio de letrados pressurosos da incorporação das novidades literárias europeias e, ao mesmo tempo, em dar sentido ao seu próprio lugar no mundo. Foi com a transformação do Brasil numa república federativa, com a Constituição de 1891, que se passou a descrever mais ativamente a existência de uma Amazônia cultural, tendo a luta de emancipação pelo Acre desempenhado papel fundamental no contorno identitário e nativista. A partir de então, a expressão vai servir aos mais diversos objetivos políticos, sempre recheados de contornos míticos, patentes desde a expressão “celeiro do mundo” até “pulmão do mundo”. O Padre João Daniel, com sua obra, tomou uma parte significativa neste processo de expor a região ao imaginário.

Data de submissão: 24/05/2023

Data de aceite: 24/10/2023

⁶² SIEWIERSKI, Henryk. *Livro do rio máximo do Padre João Daniel*, 2012, p. 13.



Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Um Tesouro Descoberto: imagens do Índio na Obra de João Daniel. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 147-160, 1995. Disponível em https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-7.pdf. Acesso em: 24 out. de 2024.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2014.

BLUTEAU, D. Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARVALHO, João Carlos de. **A Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza**. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2001.

CARVALHO, Reinaldo Forte. “O Diretório Pombalino”: legislação e liberdades indígenas na capitania do Siará Grande. **SÆCULUM–Revista de História**, João Pessoa, v. 26, n. 44, p.455-472, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/57778/33951>. Acesso em: 16 ago. de 2023.

COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o Diretório dos Índios. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, ano 168, v. 437, p. 29-48, 2007.

DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto do rio Amazonas**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DE ACUÑA, Cristóbal. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

GADAMER, Hans Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2004.

GUILHERMO, Giucci (org.). **Frei Gaspar de Carvajal** (edição bilíngue). São Paulo: Scritta, Consejería de Educación de la Embajada de España, 1992.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac-Naify, 2010.

LA CONDAMINE, Charles-Marie. **Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale depuis la côte de la mer du Sud jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guyane, en descendant la rivière des**



Amazones, lue à l'assemblée publique de l'Académie des sciences, le 28 avril 1745. Paris, 1745. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1051316r/f21.item>. Acesso em: jun. 2021.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira (1500-1930)**. São Paulo: Metalivros, 2009.

MUNARO, Luís Francisco. Notas sobre a incorporação do conceito Amazônia pela cultura letrada regional. *In*: COSTA, Edwaldo; HARA, Suélen Keiko (orgs.). **A produção do conhecimento nas ciências da comunicação 2**. Ponta Grossa: Atena, 2022b.

MUNARO, Luís Francisco. A civilização do Amazonas no pensamento de Torquato Tapajós (1853-1897). **Canoa Do Tempo**, Manaus, v. 12, n. 1, p. 343-366, 2020. <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n01.2020.al5.p.343.366>. Acesso em: 24 out. 2023.

MUNARO, Luís Francisco. Nem inferno, nem paraíso: esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937). **Revista Observatório**, Tocantins, v. 5, p. 412-437, 2019.

MUNARO, Luís Francisco. **O Nascimento do jornalismo português livre**. Carvíçais: Lema D' Origem, 2022.

MUNARO, Luís Francisco. **Terra das Letras Mortas: a identidade da Amazônia nos periódicos regionais**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Corcundas e constitucionais**. A cultura política da independência (1821-1823). Rio de Janeiro: Revan, 2004.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100007> Acesso em: 16 ago. 2023.

POCOCK, John Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2013.

SÉRGIO, Antonio. O Reino Cadaveroso. *In*: SERRÃO, Joel (org). **Antologias universais**. Lisboa: Portugália, s/d. p. 140-182.

SIEWIERSKI, Henryk. O tesouro da alteridade amazônica na Obra do Padre João Daniel. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém, v. 1, n. 1, p. 81-92, 2014.

SIEWIERSKI, Henryk. **Livro do rio máximo do Padre João Daniel**. São Paulo: EDUC, 2012.

SOUZA, Marinete Luzia Francisca de. **A literatura amazônica: dos textos de viagem aos romances contemporâneos**. 2013. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.



SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: É realizações, 2011.

TORRES, Milton. **A epopeia amazônica de frei Pedro de Santo Eliseu**. Viagem (1746). Belém: EDUFPA, 2015.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**. O movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Edusp, 2008.

VOLTAIRE. **Poème sur le désastre de Lisbonne**. 1756. Disponível em: <http://ginnungagap.over-blog.com/article-34528857.html>. Acesso em: 17 abr. de 2023.

